



ÁSIA-PACÍFICO

"Deixámos tudo para trás. Agora não temos nada... Os Taliban trataram-nos de forma muito cruel, e depois o governo começou a bombardear-nos e tivemos de fugir com aquilo que tínhamos à mão. Para quem nos podemos virar?"

Esta professora falou com a Amnistia Internacional quando fugia aos intensos combates que forçaram mais de 2 milhões de pessoas a abandonar as suas casas na Província da Fronteira do Noroeste e nas Áreas Tribais sob Administração Federal, no Paquistão, junto à fronteira com o Afeganistão.

Os seus sentimentos podiam igualmente ser expressos pelos milhões de outras pessoas em toda a região Ásia-Pacífico que foram obrigadas, devido à insegurança ou necessidade económica, a abandonar as suas casas e, em muitos casos, os seus países.

No início do ano, quase meio milhão de paquistaneses encontravam-se já deslocados. Embora as comunidades com quem a Amnistia Internacional falou tenham sido vítimas das brutais práticas dos Talibans, incluindo execuções públicas, tortura e graves restrições aos cuidados médicos e educação de mulheres e raparigas, a maioria explicou que tinha fugido com receio das brutais ofensivas do governo paquistanês contra os insurgentes. Com efeito, em Abril, à medida que os Taliban estendiam agressivamente o seu controlo a áreas a curta distância de Islamabad, o governo lançou outra grande ofensiva, obrigando 2 milhões de pessoas a fugir.

A resposta do governo ao longo conflito na fronteira do noroeste com o Afeganistão tinha vacilado entre o apaziguamento e a violência extrema. Nenhuma dessas estratégias mostrou um governo disposto a proteger os direitos da população paquistanesa. Com efeito, existe uma ligação clara entre o conflito e décadas de ignorância por parte dos sucessivos governos paquistaneses dos direitos dos milhões de pessoas que vivem nas regiões remotas do Noroeste do Paquistão, e de recusa de responsabilização por abusos actuais e passados. Mesmo agora, as pessoas das Áreas Tribais junto à fronteira com o Afeganistão não têm os mesmos direitos que os outros cidadãos do Paquistão: ao abrigo do Regulamento dos Crimes de Fronteira (1901), que continua a reger a maior parte dos aspectos administrativos e judiciais das suas vidas, eles estão fora da alçada da assembleia nacional paquistanesa e do poder judicial. Os paquistaneses que vivem nas Áreas Tribais sob Administração Federal (FATA) estão legalmente sujeitos a punição colectiva, ou seja, o governo pode punir todo e qualquer membro de uma tribo pelos crimes cometidos no seu território, ou por "agirem de forma hostil ou adversa" ou por ocultarem ou recusarem dar provas sobre um crime. Ao mesmo tempo, os residentes das FATA enfrentam alguns dos índices

mais elevados de mortalidade materna, mortalidade infantil e iliteracia (principalmente as raparigas e mulheres) de toda a região.

No final de 2009, milhões de pessoas em toda a região Ásia-Pacífico continuavam à espera que os seus governos protegessem os seus direitos. Quer nas suas casas ou em abrigos improvisados, a responsabilização pelas injustiças sofridas continuava a ser um ideal celebrado maioritariamente na clandestinidade, principalmente pelos marginalizados e impotentes. Quanto às pessoas em movimento, seja atravessando fronteiras internacionais como refugiados, requerentes de asilo ou trabalhadores migrantes, ou viajando no interior das fronteiras do seu país por terem sido desalojados ou procurarem trabalho, ninguém assumia a responsabilidade por elas. Não tinham poder para fazer valer os seus direitos humanos, e enfrentaram violações de todos eles: civis, políticos, económicos, sociais e culturais.

Conflito

A grande maioria das pessoas deslocadas por conflitos armados procurou refúgio no interior das fronteiras do seu próprio país. A maior parte teve a sorte de receber assistência humanitária para enfrentar a fome e a doença, mas a grande maioria dos deslocados não tinha acesso a condições sanitárias adequadas, cuidados de saúde ou educação. Não tinham maneira de reclamar da sua situação ou procurar compensação pelos actos que forçaram o seu deslocamento.

Entre Janeiro e meados de Maio, cerca de 300 mil cingaleses ficaram encurralados numa estreita faixa costeira do Nordeste do Sri Lanka entre os Tigre de Libertação de Tamil Eelam (LTTE) em retirada e o avanço do exército cingalês. Em muitos casos, os LTTE impediram-nos de fugir, enquanto o governo bombardeava a região. Milhares de pessoas foram mortas.

Havia poucos indícios de que as autoridades cingalesas estivessem dispostas a responsabilizar os perpetradores das atrocidades alegadamente cometidas por ambos os lados durante os combates, principalmente na sua sangrenta fase final, apesar de uma promessa nesse sentido feita ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon.

O governo do Sri Lanka prometeu ainda permitir que centenas de milhar de Tamiões que sobreviveram à guerra regressassem a casa, mas na realidade no final do ano mais de 100 mil deles continuavam detidos em campos militares, com a sua liberdade de movimentação negada durante meses. Muitos deles tinham anteriormente sobrevivido a meses de condições difíceis, quando foram obrigados a acompanhar a retirada das forças dos LTTE, que recrutaram civis à força, incluindo crianças, e em alguns casos os usaram como escudos humanos. Citando motivos de segurança variáveis, o governo do Sri Lanka impediu que monitores independentes avaliassem o bem-estar dos civis detidos. Esta falta de acesso prejudicou as tentativas de recolher informações sobre as violações da lei humanitária durante o longo conflito, e conseqüentemente travou a responsabilização.

Dezenas de milhar de afegãos foram deslocados devido à combinação da escalada de violência por parte dos Taliban e incapacidade do governo central e dos seus aliados internacionais para melhorar a situação política e económica do país. Os Taliban do Afeganistão foram responsáveis por cerca de dois terços das mais de 2400 baixas

civis, tendo o pico dos ataques acontecido quando os Taliban tentaram perturbar as eleições presidenciais.

Apesar dos ataques dos Taliban, milhões de afegãos exerceram o seu direito de voto no dia das eleições, apenas para verem a sua escolha prejudicada pelo fracasso do governo afegão e dos seus apoiantes internacionais em providenciar um mecanismo adequado de protecção dos direitos humanos. Os apoiantes dos principais candidatos, incluindo o presidente Hamid Karzai, intimidaram e perseguiram activistas políticos e jornalistas antes, durante e depois das eleições. A própria votação foi imediatamente criticada por observadores independentes como fraudulenta, e o processo de verificação de resultados arrastou-se durante meses, afectando ainda mais a legitimidade das eleições e o direito do povo afegão em participar na condução dos assuntos do país.

As mulheres afegãs voltaram a pagar um preço elevado no conflito, com os Taliban a atacarem mulheres defensoras e activistas dos direitos humanos, bem como escolas e clínicas de saúde, principalmente para raparigas e mulheres, enquanto a insegurança reinante apagou os modestos avanços que as mulheres afegãs tinham conquistado desde a queda do regime Taliban.

Na ilha filipina de Mindanao, afectada por um conflito, mais de 200 mil civis continuaram a viver em acampamentos ou abrigos improvisados, por vezes cercados por forte presença militar, apesar do cessar-fogo acordado em Julho entre o exército filipino e os rebeldes da Frente Moro de Libertação Islâmica. Um elemento significativo do conflito era a ilegalidade dos grupos e milícias paramilitares, controladas e financiadas por políticos locais, e que actuavam sem qualquer responsabilização legal.

O historial de impunidade destas forças está relacionado com a chocante execução de pelo menos 57 pessoas, incluindo mais de 30 jornalistas, a 23 de Novembro, na véspera do registo dos candidatos às eleições para o governo local. A natureza brutal do crime levou o governo a impor brevemente a lei marcial para conseguir reafirmar a sua autoridade e acusar vários membros da poderosa família Ampatuan, que há uma década dominava a política local.

Repressão de dissidentes

Em outras partes da região Ásia-Pacífico, não foi o conflito que esteve na origem da deslocação das populações e subsequente negação dos seus direitos, mas a repressão continuada.

Milhares de pessoas fugiram da Coreia do Norte e de Mianmar para escapar à constante e sistemática violação dos direitos humanos pelos seus governos. Os norte-coreanos procuraram acima de tudo fugir à repressão política e à crise económica, atravessando ilegalmente a fronteira para a China. Se fossem apanhados pelas autoridades chinesas e repatriados à força, enfrentavam detenção, trabalhos forçados e tortura, bem como algumas mortes enquanto sob custódia.

A China considerou todos os norte-coreanos indocumentados como migrantes económicos, em vez de refugiados, e continuou a impedir o acesso da agência da ONU para os refugiados, ACNUR. Em 2009, o Relator Especial da ONU para a

situação dos direitos humanos na República Democrática Popular da Coreia considerou que a maior parte dos norte-coreanos que atravessaram a fronteira para a China tinham direito a protecção internacional devido à ameaça de perseguição ou punição se regressassem ao seu país.

As autoridades norte-coreanas continuaram ainda a proibir os seus próprios cidadãos de se deslocarem livremente no interior do país. As pessoas tinham que obter autorização oficial viajar. Embora as autoridades tenham alegadamente relaxado a aplicação destas regras à medida que milhares de pessoas deixavam as suas casas em busca de comida ou oportunidades económicas, as pessoas continuavam vulneráveis à lei e eram frequentemente alvo de extorsão por parte das autoridades.

Milhares de pessoas foram deslocadas em Mianmar à medida que as forças de segurança governamentais violavam rotineiramente as leis da guerra nas campanhas contra os grupos armados da oposição pertencentes a várias das minorias étnicas do país. O governo continuou a reprimir a dissidência política, com 2100 prisioneiros políticos sob detenção. A mais proeminente prisioneira, Aung San Suu Kyi, que esteve presa 13 dos últimos 20 anos, a maior parte dos quais sob detenção domiciliária, foi condenada a 11 de Agosto a mais 18 meses de prisão domiciliária na sequência de um julgamento injusto que decorreu num tribunal da prisão de Insein, em Yangon. As acusações estavam relacionadas com a visita não solicitada de um norte-americano que nadou até à sua casa e ali passou duas noites, no início de Maio.

O ano que passou testemunhou outra dolorosa chamada de atenção para o desespero dos Rohingya, uma perseguida minoria muçulmana do oeste de Mianmar, quando milhares de membros desta comunidade fugiram de barco para a Tailândia e para a Malásia. As forças de segurança tailandesas, determinadas em travar o afluxo de refugiados, expulsaram centenas deles, deixando-os à deriva em embarcações sem condições de navegabilidade com pouca ou nenhuma comida e água.

Perto do final do ano, as autoridades tailandesas repatriaram ainda à força para o Laos cerca de 4500 Lao Hmong, incluindo 158 cujo estatuto de refugiado tinha sido reconhecido, e muitos outros que tinham fugido da perseguição naquele país. O governo do Laos recusou os pedidos da ONU e de outras organizações para monitorizar as condições dos repatriados.

Em Dezembro, o governo chinês pressionou com êxito as autoridades cambojanas para repatriar 20 requerentes de asilo uigures que fugiram dos tumultos de Julho na Região Autónoma Uigur de Xinjiang (XUAR). A medida inseriu-se na estratégia cada vez mais determinada da China em pressionar outros governos para travar o apoio às vozes dissidentes no interior da China. O governo chinês reforçou a pressão sobre a contestação interna, detendo e perseguindo dezenas de advogados e defensores dos direitos humanos. As autoridades chinesas visaram particularmente os signatários da Carta 08, um documento apelando a um maior respeito pelos direitos humanos e pela participação popular. A China manteve a sua posição como principal executor mundial, embora a verdadeira dimensão do problema permaneça oculta pelas leis chinesas de segredo de Estado.

Preocupações económicas

A grande maioria das pessoas que abandonaram as suas casas na região da Ásia-Pacífico foram movidas por carências económicas. Milhões de chineses que se tinham mudado para os centros económicos do país foram obrigadas a regressar às suas casas nas regiões rurais, mais conscientes da crescente desigualdade entre a nova classe rica da China e os milhões de pessoas que ainda vivem com deficiente acesso aos cuidados de saúde e educação.

Em 2009, como nos anos mais recentes, milhões de pessoas abandonaram as suas casas em países como as Filipinas, Nepal, Indonésia e Bangladesh, em busca de uma vida melhor noutros países, nomeadamente a Coreia do Sul, Japão, Malásia ou países ainda mais longínquos. Apesar de algumas melhorias nos enquadramentos jurídicos nacionais e bilaterais relacionados com a contratação, transporte e tratamento de trabalhadores migrantes, a maior parte dos envolvidos neste maciço fluxo de trabalho migrante não puderam usufruir plenamente dos seus direitos. Em muitos casos esta situação ficou a dever-se às práticas governamentais, mas frequentemente foram também alvo fácil de racismo e xenofobia, agravados pelo período economicamente difícil.

A discriminação enfrentada pelos trabalhadores migrantes em toda a região, mesmo nos seus próprios países, esteve na origem de um dos piores tumultos recentes na Região Autónoma Uigur de Xinjiang, na China. Os protestos começaram como manifestações não violentas contra a inacção do governo após um violento motim numa fábrica de Shaoguan, na província de Guangdong, que resultou na morte de duas pessoas. A 26 de Junho, centenas de trabalhadores uigures confrontaram-se com milhares de trabalhadores chineses de etnia Han numa fábrica onde trabalhavam uigures recrutados na XUAR. No início de Julho, os protestos em XUAR tinham-se transformado em confrontos abertos, com notícia de mais de 190 mortos. Talvez sem surpresa, na sequência de décadas de marginalização oficial e discriminação da comunidade uigur, as autoridades responsabilizaram os activistas uigures pela violência, sem autorizarem uma investigação independente ou julgamentos justos. A China executou pelo menos nove dos acusados, no espaço de meses, e as autoridades prometeram responder com mão pesada a novos tumultos.

Um dos exemplos mais extremos de abuso de trabalhadores migrantes veio da Malásia, país onde os trabalhadores estrangeiros constituem um quinto do total da força laboral. Registos oficiais divulgados este ano mostraram que as autoridades malaias vergastaram quase 35 mil migrantes entre 2002 e 2008, muitos por delitos relacionados com a imigração – um castigo cruel e desumano a uma escala monumental. Além dos trabalhadores indocumentados, também os trabalhadores documentados cujos passaportes foram retidos pelos empregadores, os requerentes de asilo e os refugiados corriam risco de serem vergastados. Milhares de trabalhadores migrantes agonizavam em centros de detenção cujas condições ficavam aquém dos padrões internacionais, frequentemente sem devido processo legal ou protecção jurídica.

Mesmo nos casos em que trabalhadores migrantes tinham direito a maior protecção legal, o seu estatuto marginalizado tornava-os vulneráveis a abusos. Na Coreia do Sul – um dos primeiros países asiáticos a reconhecer legalmente os direitos dos trabalhadores migrantes – o Estado foi incapaz de proteger os trabalhadores migrantes de serem vítimas de abusos cometidos pelos empregadores, de serem traficados para exploração sexual ou de serem privados dos salários por períodos prolongados.

Habitação – desalojamentos forçados

Em muitos outros casos, motivos económicos levaram as autoridades a desalojar à força as pessoas das suas casas. As autoridades cambojanas, por exemplo, desalojaram à força famílias pobres de um local destinado a desenvolvimento urbano no centro de Phnom Penh após três anos de perseguição e intimidação. Noutro exemplo, as autoridades cambojanas desalojaram 31 famílias com VIH e SIDA em Phnom Penh, e transferiram a maior parte delas para um local de alojamento desadequado e com acesso limitado aos necessários cuidados médicos.

Na Índia, o desenvolvimento de instalações de exploração e processamento de alumínio no estado oriental de Orissa ameaçava deslocar milhares de pessoas indígenas de locais considerados sagrados. Nos dois anos de funcionamento da refinaria de alumínio Vedanta na localidade de Lanjigarh, as populações locais estiveram sujeitas a água contaminada, poluição atmosférica e barulho e pó constantes. Os planos para abrir uma mina nos montes Niyamgiri ameaçavam prejudicar a vida e os meios de subsistência dos Dongria Kondh, uma comunidade adivasi indígena. Em Abril de 2009, as autoridades indianas autorizaram a Sterlite Industries India Ltd e a empresa estatal Orissa Mining Corporation a explorar bauxite nas terras ancestrais dos Dongria Kondh nos próximos 25 anos.

Na Papuásia-Nova Guiné, a polícia despejou à força os residentes de cerca de 100 casas junto à mina de Porgera, operada por uma subsidiária da multinacional canadiana Barrick Gold.

No Vietname, uma multidão aparentemente apoiada pelas autoridades expulsou cerca de 200 monges e monjas budistas de um mosteiro no centro do país. O grupo tinha ali procurado abrigo após ter sido expulso de outro mosteiro, em Setembro, por uma multidão idêntica. As autoridades negaram qualquer envolvimento, mas recusaram proteger os monges e monjas ou garantir um alojamento alternativo adequado.

Em qualquer destes casos, a destruição do seu lar prejudicou significativamente a capacidade das pessoas envolvidas de usufruir dos seus direitos e de obter compensação pelas violações dos mesmos.

Deslocamento por motivos ambientais

No ano em que a Cimeira das Alterações Climáticas de Copenhaga tentou, sem êxito, alcançar um consenso global para combater as alterações ambientais, foi fácil perceber o impacto das mudanças em larga escala no ambiente humano. O governo das Maldivas realizou uma reunião ministerial debaixo de água antes da Cimeira de Copenhaga – uma iniciativa que ilustrou na perfeição a possibilidade real de o pequeno arquipélago desaparecer sob o oceano Índico a curto prazo. Vários países do Pacífico afirmaram recear igualmente ser submersos pela subida do nível dos oceanos.

No Tibete e no Nepal, onde ficam situadas as nascentes de alguns dos rios mais importantes do mundo, e no Bangladesh, a possibilidade de secas ou inundações

catastróficas deu origem a deslocamentos e consequente instabilidade política. Da mesma forma, as preocupações ambientais deram origem a desafios aos direitos humanos – e, como acontece frequentemente, eram as comunidades mais pobres e marginalizadas as mais susceptíveis às alterações do meio ambiente, e as que menos possibilidades tinham de receber assistência dos seus próprios governos.

Conclusão

De forma geral, os países da região Ásia-Pacífico não responderam adequadamente aos desafios de protecção dos direitos humanos daqueles que abandonaram as suas casas. A maior parte dos países da região nem sequer ratificou a Convenção dos Refugiados de 1951 ou o seu Protocolo de 1967, que estipula os direitos das pessoas que fugiram do seu país devido a perseguição. A legislação de protecção dos direitos das pessoas deslocadas internamente encontrava-se ainda menos desenvolvida, comparativamente à legislação internacional sobre o tratamento de refugiados e requerentes de asilo. Mas o maior desafio na protecção das pessoas deslocadas da região continuava a ser o deficiente registo de muitos governos da região em matéria de responsabilização.

Em nenhum lugar isso era mais visível que no caso do Sri Lanka. O Conselho dos Direitos Humanos da ONU aprovou, a 27 de Maio, uma resolução com graves falhas sobre o Sri Lanka, que não só ignorou os apelos a uma investigação internacional às alegadas atrocidades cometidas durante o conflito, como ainda elogiava o governo do Sri Lanka. As políticas e conveniências globais impuseram-se ao bem-estar de centenas de milhar de cingaleses. A comunidade internacional continuou também a ignorar as violações dos direitos humanos em larga escala que obrigaram milhares de cidadãos do Sri Lanka a abandonar as suas casas.

A China e a Índia, que aparentemente disputam o acesso aos recursos naturais de Myanmar, não usaram a sua influência política e económica para travar a prática do governo de Myanmar de excluir os críticos internos como Aung San Suu Kyi, ou para acabar com a repressão das várias minorias étnicas. Mesmo a amplamente divulgada imagem dos Rohingya à deriva no mar não provocou qualquer reacção imediata por parte dos parceiros de Myanmar na Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN).

Todos os países-membros da ASEAN ratificaram finalmente a Carta da ASEAN, que incluía várias provisões relacionadas com os direitos humanos, incluindo uma que previa a criação de um organismo de defesa dos direitos humanos. Não obstante, muitos países da região continuavam a não ter assinado muitos dos principais tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Em particular, os países da região evitaram dar uma resposta regional aos problemas causados pelos fluxos transfronteiriços de pessoas, ou aos problemas de direitos humanos derivados destes movimentos.

Existem fortes indicações de que os índices de movimentação de pessoas no globo, quer no interior dos países quer através das fronteiras, irá aumentar, seja por causa de conflitos, necessidades económicas ou problemas ambientais. No entanto, não existe qualquer sinal de que a comunidade internacional esteja a emendar ou adaptar o enquadramento legal actual para lidar com este fenómeno. É preciso que seja reconhecido que as pessoas deixam as suas casas por várias razões, e que,

independentemente dessas razões, cada ser humano continua a ter direito a desfrutar plenamente de todos os seus direitos humanos.

Nem sempre cada país consegue lidar com a questão da migração do seu próprio povo - quer seja por a escala do movimento interno ser demasiado elevada, quer por atravessar fronteiras regionais ou globais. Nas últimas décadas, assistimos a um crescimento desta compreensão, mas é necessário que esta acelere ainda mais, de forma a acomodar a realidade de uma população global em movimento.

As pessoas da região da Ásia-Pacífico constituem uma grande parte da população mundial de trabalhadores migrantes, refugiados, requerentes de asilo e pessoas deslocadas internamente. Estão à espera que os governos da região e os organismos regionais acompanhem e facilitem essa tendência.